

# MEMÓRIAS EM DISPUTA NO BRASIL: A GALERIA DE RACISTAS

Jorge Santana<sup>1</sup>

Camila Fogaça Aguiar<sup>2</sup>

## RESUMO

A Galeria de Racistas se entende como uma ação afirmativa que tem como objetivo expor para a toda a sociedade a verdadeira história dos escravagistas exaltados que apenas servem como forma de perpetuar o racismo. O projeto tem por finalidade provocar na sociedade a mesma reflexão causada por outros protestos ocorridos no mundo, a partir de 2020, sob o contexto da pandemia de COVID-19 e de importantes movimentos sociais com prerrogativas antirracistas.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Racismo; Memória

\*

## Introdução

A Galeria de Racistas é um projeto colaborativo feito pelo Coletivo de Historiadores Negros Teresa de Benguela<sup>3</sup>, o site antirracista Notícia Preta e um coletivo de publicitários pretos. O projeto é resultado de uma extensa pesquisa sobre monumentos brasileiros que homenageiam figuras escravagistas que cometeram diversos crimes contra a humanidade.

Através do site oficial<sup>4</sup>, o projeto expõe em galerias digitais monumentos

<sup>1</sup> SANTANA, Jorge. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). E-mail: [jorgesantana\\_sg@yahoo.com.br](mailto:jorgesantana_sg@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> AGUIAR, Camilla F. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ)/FAPERJ. Compõe o Grupo de Pesquisa do Coletivo Negro De Historiadores Teresa de Benguela e atua como Historiadora da Galeria de Racistas. E-mail: [camillafogaca.pesq@gmail.com](mailto:camillafogaca.pesq@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5128-8428>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4440500964663447>

<sup>3</sup> O Coletivo de Historiadores Negros Teresa de Benguela nasceu em 2020 para pesquisar os monumentos em homenagem a figuras envolvidas diretamente com a escravidão indígena e negra no Brasil. O coletivo é formado por historiadores e historiadoras formados na UERJ, campus São Gonçalo e Maracanã. O nome do coletivo foi escolhido em homenagem à líder quilombola Tereza de Benguela, que viveu no século XVIII, na capitania do Mato Grosso. Tereza de Benguela fugiu da fazenda onde era escravizada para viver no Quilombo do Queriterê ou Quilombo do Piolho. Ela foi casada com José Piolho, que chefiava o Quilombo do Piolho até ser assassinado por soldados do Estado. A partir desse evento, Tereza de Benguela passou a liderar o Quilombo, ficando famosa por ser combativa e uma líder altiva. Em 1770, o Quilombo acabou sendo vitimado por incursão, Tereza foi presa e posteriormente assassinada.

<sup>4</sup> Galeria de Racistas. Disponível em: < <https://galeriaderacistas.com.br/#sobre> > Acesso em 10 set. de 2022.

localizados por todo o Brasil que homenageiam personalidades da história nacional. Todavia, esses monumentos expostos na Galeria destacam personalidades que, de diferentes formas, fomentaram a manutenção e o tráfico de escravizados no país.

A Galeria de Racistas se entende como uma ação de reparação histórica que tem como objetivo expor para a toda a sociedade a verdadeira história dos escravagistas exaltados que apenas servem como forma de perpetuar o racismo. O projeto é defendido como uma forma de provocar na sociedade a mesma reflexão causada por outros protestos ocorridos no mundo, a partir de 2020, sob o contexto da pandemia de COVID-19 e de importantes movimentos sociais com prerrogativas antirracistas.

Sobre o cenário da pandemia, destacamos que, em dezembro de 2019, a China informou à Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o surto de uma nova doença transmitida pelo novo coronavírus, denominada COVID-19. Em janeiro de 2020, novos casos da COVID-19 foram notificados fora da China. Então, em 11 de março do mesmo ano a OMS decretou estado de pandemia com a chegada do vírus COVID-19. Junto com as restrições de mobilidade social e aumento da vigilância pública, a pandemia produziu uma nova dinâmica na economia mundial. Segundo Costa (2020), as desigualdades sociais e urbanas das cidades foram reveladas pela acelerada propagação da doença e o uso do distanciamento como forma de prevenção.

Nesse contexto, a desigualdade racial recebe atenção mundial a partir do caso George Floyd, nos Estados Unidos<sup>5</sup>. Em abril de 2020, na cidade de Minneapolis, o cidadão negro George Floyd foi assassinado por policiais brancos. Sem que a vítima reagisse à agressão, os policiais o estrangularam, causando sua morte. O caso viralizou em diferentes mídias digitais, revoltando parcela da população estadunidense, ocasionado estopins de manifestações contra o racismo, contra a violência policial e em defesa de justiça para negros e afro-descentes. Nos Estados Unidos, as manifestações antirracistas levaram às ruas milhões de pessoas, foram os atos contra o racismo mais potentes desde a luta pelos direitos civis, na década de 1960<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Justiça para George Floyd: Como a morte de um homem negro nas mãos de um policial inspira a luta antirracista no mundo hoje. Edição: Clarice Cardoso; Texto: Ana Caratchuk e Agências de Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/george-floyd-como-negro-morto-pela-policia-inspira-hoje-luta-antirracista/>> Acesso em 10 set. de 2022.

<sup>6</sup> A Luta por direitos civis foi um potente movimento da população negra norte-americana reivindicando o fim da segregação racial, a igualdade de direitos entre negros e brancos e o direito ao voto até então negado a população negra nos estados do Sul, da América do Norte. O movimento pelos direitos civis teve como líder proeminente o pastor e

O assassinato brutal de George Floyd desencadeou a politização contra a violência policial a partir do movimento internacional *Black Lives Matter*. Ambos vão fermentar o cenário mundial com debates sobre o racismo estrutural. Em 11 de junho de 2020, durante a maior pandemia dos últimos 100 anos (Covid-19), milhares de pessoas realizaram uma manifestação contra o racismo, na cidade de Bristol, no Sul da Inglaterra. O ato seguia pelas ruas gritando palavras de ordem e demandando políticas de combate à discriminação racial. Os manifestantes de maneira pré-programada, ou não, decidiram colocar abaixo, em uma ação direta, o símbolo do racismo em forma de bronze, a estátua do traficante de pessoas escravizadas Edward Colston (1636-1721)<sup>7</sup>.

Munidos de cordas e anseios por remover a memória ufanista de um representante de um dos crimes mais bárbaros da história, a escravidão, os manifestantes derrubaram a estátua de Edward Colston do pedestal, pintaram com tinta vermelha e a jogaram nas águas geladas do porto. O ato de retirar o monumento produziu uma repercussão mundial, tanto de críticas à derrubada, como em defesa da ação dos manifestantes. Posicionamentos contra e a favor da derrubada da estátua de Edward Colston abriram caminho para uma série de questionamentos acerca dos monumentos em homenagem a figuras “controvérsias” (MONTERO, 2012) (MIRANDA; CORREA; ALMEIDA, 2017)<sup>8</sup>.

Nesse cenário, o Brasil também vai apresentar mudanças em relação às ações de enfrentamento ao racismo. Os ventos da Europa e dos Estados Unidos da América chegaram ao Sul do Equador, provocando a luta antirracista a repensar os monumentos brasileiros em homenagem a figuras responsáveis pela escravidão africana em nosso país. A chegada desses ventos produziu uma série de atividades de contestação aos monumentos, como o incêndio na estátua do bandeirante Borba Gato<sup>9</sup>,

militante Martin Luther King Jr. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-06/protestos-deste-sabado-contra-racismo-nos-eua-sao-os-maiores-ate-agora> > Acesso em 10 set. 2022.

7 Edward Colston foi um alto funcionário da empresa Royal African Company (Companhia Real Africana), que no século XVII traficou milhares de escravizados africanos da África Ocidental para as colônias inglesas no Caribe e para as Treze Colônias da América do Norte. Tornou-se rico por fazer comércio de diversos produtos, mas entre eles o comércio de seres humanos. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/manifestantes-derrubam-estatuado-trafficante-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglaterra.ghtml> > Acesso em 10 set. de 2022.

8 O conceito de “controvérsias” é utilizado nesta pesquisa como uma categoria capaz de problematizar a visibilidade ou invisibilidade das ações coletivas que podem revelar a existência de determinadas gramáticas, moralidades e interesses que orientam as ações e as justificativas utilizadas pelos agentes diante das “controvérsias”, possibilitando a legitimação de seus argumentos nas arenas públicas e viabilizando, ou não, a sua explicitação e seu reconhecimento como problema público (MONTERO, 2012) (MIRANDA; CORREA; ALMEIDA, 2017).

9 Borba Gato (1649-1718) foi um bandeirante no século XVIII responsável por expedições nas regiões de São Paulo e Minas Gerais em busca de metais preciosos ou povos indígenas para escravizá-los. As expedições chamadas de bandeiras eram violentas, em que os indígenas eram assassinados, estuprados e escravizados. Disponível em: <<https://galeriaderacistas.com.br/borba-gato/>> Acesso em 10 set. de 2022.

em 2021, no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo. A ação direta foi realizada pelo grupo “Revolução Periférica”, que tem como um dos seus membros, o Galo de Luta<sup>10</sup>.

O incêndio da estátua de Borba Gato significava uma ação contundente de questionamento dos monumentos escravistas no Brasil, com aponto a fala de Galo de Luta. Produzindo um profícuo debate e em âmbito nacional sobre essa questão. Em agosto de 2021, no Rio de Janeiro, também ocorreu uma ação direta semelhante, a estátua de Pedro Álvares Cabral foi incendiada, no bairro da Glória. A ação foi realizada pelo Coletivo Uruçu Mirim, formado por indígenas. O ato fazia parte da luta contra a aprovação do Projeto de lei<sup>11</sup> que estabelece a alteração das regras de demarcação de terras indígenas, em tramitação no Congresso Nacional e apoiado pelo atual mandatário da presidência.

No campo institucional, parlamentares no âmbito estadual e municipal apresentaram projetos de lei para a retirada de monumentos escravistas ou para a proibição de novos. No Estado de São Paulo, a deputada estadual Érica Malunguinho (PSOL)<sup>12</sup> apresentou um projeto de lei que proíbe homenagens a escravocratas e a eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista no âmbito da administração estadual direta e indireta. No Rio de Janeiro, as deputadas estaduais Dani Monteiro, Mônica Francisco e Renata Souza (PSOL)<sup>13</sup> apresentaram o projeto de lei para remoção de estátuas. Em outras assembleias estaduais e câmaras municipais projetos nesse sentido se espalharam pelo Brasil.

Também no Rio de Janeiro, em 2020, nasceu a Galeria de Racistas, uma pesquisa sobre os monumentos escravistas em todo o Brasil. Foram catalogados quase uma centena de estátuas, hermas e bustos em homenagem a figuras envolvidas diretamente no processo de escravidão africana e indígena. Cada um dos escravistas expostos na galeria tem uma biografia embasada em pesquisas e documentos que revelam

10 Paulo Galo Lima, conhecido como Galo de Luta, é um motoboy e ativista de São Paulo que luta contra a exploração dos entregadores de aplicativo a partir do “Movimento de Entregadores Antifacistas” (MEAF). Após atear fogo na estátua de Borba Gato, ele e sua esposa, Géssica, se apresentaram na delegacia e foram presos e soltos dias depois. Disponível em : < <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/08/justica-revoga-prisa-paulo-galo-libertado/>> Acesso em 10 set. de 2022.

11 PL 490/2007- Estabelece a alteração das regras de demarcação de terras indígenas. A demarcação deixaria de ser realizada pelo governo federal a partir de pedido da Funai e analisada por uma equipe multidisciplinar através de um processo administrativo. O PL estabelece um marco temporal em que as terras indígenas só poderão ser demarcadas, se ocupadas pelos povos originários até 1988. O projeto legislativo também passa o poder de demarcação para o Legislativo e impede a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Todos esses pontos são considerados pelos indígenas como retrocessos e entraves à demarcação de terras indígenas.

12 PL nº 404/2020 - Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000327788>> Acesso em 10 set. de 2022.

13 Disponível em <[http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=156&url=L3NjcHJvMTkyMy5uZmVjMDAxOGQ4MzgvYjQwNGU0MDk5ZGQ5MGM5MDAzMjU4NTkyMDA2ZmZkZDY/T3BlbkRvY3VtZW50](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=156&url=L3NjcHJvMTkyMy5uZmVjMDAxOGQ4MzgvYjQwNGU0MDk5ZGQ5MGM5MDAzMjU4NTkyMDA2ZmZkZDY/T3BlbkRvY3VtZW50)> Acesso em 10 de set. de 2022.

sua participação na escravidão. Será a partir da Galeria de Racistas que pretendemos problematizar parte da construção desse instrumento de contestação ao passado escravocrata e racista brasileiro. Buscamos assim, não só despertar o debate sobre quem são os homenageados nos espaços públicos, mas ensinar a luta pela construção de uma cidade democrática e que contemple a diversidade racial e cultural brasileira. A Galeria de Racistas não é apenas um site de divulgação dos monumentos e da história de escravistas, mas um instrumento político na esteira de produzir uma política de verdade de justiça acerca do genocídio negro e indígena.

### **A Galeria de Racistas: em exposição a arte do racismo**

A derrubada da estátua do comerciante de escravizados em Bristol inspirou aqui no Brasil a criação da Galeria de Racistas. A ideia partiu de Thais Bernardes, jornalista e CEO do portal jornalístico Notícia Preta, um importante veículo da imprensa negra brasileira. A partir de sua ideia foi formado o Coletivo de Historiadores Negros Tereza de Benguela, responsável por realizar a pesquisa dos monumentos em homenagem aos escravistas e suas biografias. A construção da Galeria de Racistas também contou com a participação de publicitários, profissionais do marketing e designer negros a partir da liderança de Diego Guildeguer. Esse grupo de profissionais foi o que construiu o site, a concepção gráfica, o layout e demais questões técnicas para o lançamento e manutenção do site.

O período da pandemia de Covid-19 e as medidas de isolamento social e a paralisação de inúmeras atividades foi importante para os historiadores terem um tempo para se concentrar na pesquisa. A reunião desse grupo, formado por negros e negras profissionais de diversas áreas, tornou possível a construção deste instrumento. De agosto até novembro de 2020, foram realizadas intensas pesquisas pelo Coletivo para localizar as estátuas, monumentos, bustos em homenagem a figuras escravistas. Ou seja, a Galeria de Racistas é um trabalho de pesquisa interdisciplinar, que atravessa distintas áreas do saber, como História, Arte, Antropologia, Museologia, Comunicação e Publicidade. É a interdisciplinaridade que produz ao projeto uma potência singular.

A ideia do próprio nome, que a princípio seria um mapeamento,

foi transformado para a Galeria de Racistas, partindo do conceito que os monumentos em homenagem aos escravistas representam arte do genocídio negro e indígena. O nome Galeria de Racistas explora a concepção de que as obras de arte em homenagem a figuras envolvidas no genocídio indígena e negro através do trabalho compulsório é uma exposição do horror. É um patrimônio público, que embeleza as cidades não em denúncia ao passado trágico, mas em glorificação ufanista aos algozes do processo de morticínio de grupos sociais. Dessa maneira, o poder e as hierarquias sociais são materializados a partir desses monumentos.

O primeiro passo era uma pesquisa nos sites das prefeituras ou em páginas de monumentos e obras de artes. A partir desse levantamento fizemos uma triagem dos monumentos que homenageavam figuras históricas e pesquisamos sobre a vida dos mesmos. A partir da identificação dos biografados, suas relações econômicas, sociais ou políticas, dávamos início a uma pesquisa aprofundada em documentos, dissertações e teses de doutorado. Quando essas pesquisas apontavam um envolvimento direto com a escravidão indígena e africana dentro das quatro categorias definidas como escopo do projeto, o personagem e seu respectivo monumento eram incluídos na Galeria de Racistas.

Em seguida, também pesquisávamos acerca de outros monumentos em homenagem ao personagem histórico identificado em outra cidade. A nossa pesquisa partia, portanto, do monumento para o personagem. Figuras históricas envolvidas com a escravidão têm milhares. Contudo, nossa pesquisa era sobre aqueles que foram homenageados em patrimônios no espaço público, porque compreendemos a homenagem como uma forma de eleger tal personagem como um herói, digno de figura em forma de arte nos espaços públicos.

A pesquisa tinha uma metodologia bem definida. Os personagens históricos da Galeria de Racistas estão classificados dentro do escopo de quatro categorias:

- a) Proprietários de pessoas escravizadas negras e indígenas;
- b) Figuras históricas que atuaram no comércio de pessoas escravizadas, tanto indígenas como negras;
- c) Teóricos e intelectuais responsáveis por produzir obras em defesa da escravidão no Brasil;
- d) Figuras históricas responsáveis por massacres contra escravizados, quilombolas, libertos e indígenas.



Para o leitor compreender melhor as quatro categorias definidas vamos exemplificar cada uma delas com um dos personagens escravistas identificados pela pesquisa. A primeira categoria é de figuras homenageadas em monumentos as quais foram proprietárias de escravizados. Identificamos o Joaquim da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes<sup>14</sup> (1746–1793), pela sua atuação na Inconfidência Mineira (1789)<sup>15</sup>. Tiradentes era proprietário de seis escravizados africanos como apontam os documentos do julgamento o qual foi condenado à pena de morte.

Na segunda categoria, a de pessoas envolvidas com comércio de seres humanos, tem o exemplo do português Joaquim Pereira Marinho<sup>16</sup> (1828–1887). O comerciante chegou ao Brasil na primeira metade do século XIX, viveu e trabalhou na capital baiana. Ele atuou ativamente no tráfico de pessoas escravizadas entre os anos 1839 até 1850. Os documentos revelam que seus navios transportaram aproximadamente 11 mil escravizados africanos de África para o Brasil. Sua estátua está localizada na frente do Hospital Santa Izabel, na cidade de Salvador.

Na terceira categoria, de figuras responsáveis por produzir obras em defesa da escravidão, ou seja, produtores de uma ideologia em prol da escravidão no Brasil, está o padre lusitano Antônio Vieira<sup>17</sup> (1608–1690), famoso por seus sermões, entre outras obras literárias. Contudo, o sacerdote produziu em suas obras uma defesa teológica da escravidão africana, apesar de ser contrário à escravidão indígena. Segundo Antônio Vieira, a escravidão negra era um “cativeiro justo”, pois a partir do trabalho árduo da escravidão os negros alcançariam a remissão dos pecados e acesso à salvação eterna.

A quarta categoria é constituída, principalmente, de militares responsáveis por massacres contra escravizados, libertos, quilombolas e indígenas. Porque compreendemos que esses episódios sangrentos fazem parte do genocídio, que tem como morticínio principal o trabalho cativo. O General David Canabarro<sup>18</sup> (1796–1867) era proprietário de fazendas e de escravizados, mas ganhou fama durante a Revolução Farroupilha

14 Disponível em: <<https://galeriaderacistas.com.br/tiradentes-14/>> Acesso em 10 set. 2022.

15 A Inconfidência Mineira (1789) é considerada a primeira tentativa de revolta com objetivo de libertar o Brasil do domínio de Portugal. Em especial, durante o período republicano esse evento histórico foi imensamente exaltado, pois tinha como um dos objetivos um regime republicano, inspirado no modelo norte-americano. Contudo, apesar dos planos dos revoltosos defender a liberdade como um princípio, eles não eram defensores da abolição da escravidão africana. Pois assim como Tiradentes a maioria dos inconfidentes mineiros eram proprietários de escravizados.

16 Disponível em: <<https://galeriaderacistas.com.br/joaquim-pereira/>> Acesso em 10 set. 2022.

17 Disponível em: <<https://galeriaderacistas.com.br/padre-antonio-vieira/>> Acesso em 10 set. 2022.

18 Disponível em: <<https://galeriaderacistas.com.br/david-canabarro/>> Acesso em 10 set. 2022.

(1835-1845), quando liderou tropas revoltosas contra as tropas imperiais. Ao final da revolta, quando estava em negociação de um acordo de paz, Canabarro e Duque de Caxias organizaram um massacre contra os escravizados que lutaram ao lado dos farroupilhas. Em 14 de novembro de 1844, ocorreu o Massacre de Porrongos, quando milhares de lanceiros negros foram enviados para uma emboscada pelo General Canabarro e foram brutalmente massacrados.

São essas as quatro categorias da Galeria de Racistas e alguns dos personagens históricos que estão no site. Cada um dos monumentos contém uma curta biografia, a relação do personagem com a escravidão africana ou indígena, a foto do monumento, o endereço do mesmo, o artista da obra, a data de construção, a bibliografia e documentos que apontam a relação do personagem com a escravidão. Dessa forma, estão expostos atualmente cerca de 80 monumentos, contudo alguns personagens são repetidos, pois foram homenageados em diversas cidades brasileiras, sendo aquele com maior número o Tiradentes.

Uma segunda iniciativa é um projeto de lei de âmbito nacional para implementação das nossas reivindicações. O projeto de lei nº 5296/2020<sup>19</sup> foi protocolado em novembro de 2020, fruto da interação do mandato parlamentar da deputada federal Talíria Petrone com a sociedade civil organizada, na representação da Galeria de Racistas.

## **Arte pública, racismo e identidade nacional**

A permanência da escravidão ainda hoje é expressa, principalmente, nos índices estatísticos das desigualdades sociais, econômicas e políticas entre negros e brancos. Entretanto, os espaços públicos e arte pública revelam também essa desigualdade racial. Àqueles homenageados refletem como símbolos e representação de uma nação, no conceito de comunidade imaginada do historiador inglês Benedict Anderson (2008). Segundo Anderson (2008), os Estados modernos e seus intelectuais buscam construir identidades nacionais para justificar a coesão dos indivíduos pertencentes a essa comunidade nacional.

<sup>19</sup> O projeto prevê a substituição dos monumentos escravistas por novos em homenagem a negros e indígenas, atendendo a uma paridade de gêneros. A nossa pesquisa revelou uma imensa desigualdade em todos os estados entre figuras históricas homenageadas. A imensa maioria das estátuas eram de homens brancos. Quando os monumentos são de indígenas ou negros, em geral são de figura masculina, porém sem identidade, como um representante do grupo étnico ou racial. O projeto de lei ganhou, em 2021, uma campanha de mobilização pela sua aprovação intitulada "Na minha rua não". A campanha de mobilização produzida pelo mandato da deputada federal Talíria Petrone convocava os cidadãos a assinarem uma petição para acelerar a tramitação do projeto de lei. Até a presente data (setembro de 2022) o projeto ainda não passou pelas comissões da Câmara para ser analisado e, sendo aprovado, ir para a votação no plenário da Câmara dos Deputados Federais.



Esse processo de construção das nações modernas é produzido de maneira artificial, pois são criações humanas, obra dos homens e os mesmos têm gênero, raça e classe. Dessa maneira, compreendemos que a comunidade imaginada que conhecemos como Brasil, como defende Anderson (2008), é uma comunidade imaginada, produzida pelas classes dominantes que sempre detiveram o poder, dirigiram o Estado e através do mesmo produziram essa construção, tendo a arte pública como um dos seus elementos. Segundo Silvio de Almeida (2019), o nacionalismo cria regras de pertencimento dos nacionais a partir de uma identidade e, também pela mesma lógica, exclui. Se os heróis brasileiros são os colonizadores e seus descendentes, automaticamente os demais grupos sociais estão excluídos do processo histórico da construção da nação. Quando esses demais grupos são incluídos, é uma inclusão marginalizada, tutelada e sem agência histórica ou uma agência histórica a partir do patriarcalismo dos ícones brancos.

O Estado brasileiro é, desde o seu nascimento, dirigido pelas classes dominantes e, como defende Silvio de Almeida (2019), o Estado é disputado pelos grupos que buscam através dele impor suas demandas. A partir de um domínio do Estado pela elite nacional, essa produziu um arcabouço ao longo da história não apenas de exclusão dos negros e indígenas, como também de produção de racismo. Esse racismo está expresso de inúmeras formas, desde o Decreto de Imigração promulgado em 28 de junho de 1890<sup>20</sup> pelo presidente Deodoro da Fonseca, que proibia a entrada de imigrantes africanos no país, passando pela produção de uma arte em enaltecimento aos brancos.

Como apontam Carlos Avila e Aldira Guimarães Dominguez (2022), as estátuas, monumentos e outras expressões da arte pública fundamentalmente representam o que as elites do passado escolheram para celebrar e memorizar. Assim, a produção da arte pública no Brasil configura a produção de racismo, em especial contra negros e indígenas. Como também revela a homofobia, pois um busto do capitão francês Daniel de La Touche (1570-1631), um dos responsáveis pelo assassinato do indígena Tibira por praticar relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, uma afirmação dos valores europeus sob os povos originários, uma das características trágicas do colonialismo. Como apresenta o patriarcado

20 O Decreto 528, de 1890, foi expedido pelo presidente Deodoro da Fonseca, proibindo a entrada de imigrantes oriundos de África e Ásia, no Brasil.

com estátuas como de Borba Gato, responsável pelo estupro de mulheres indígenas. O que de fato revela é uma produção de arte edificantes dos homens brancos e colonizadores, ou seja, a classe dominante historicamente desse país.

O centro da discussão da Galeria de Racistas é o legado da escravidão africana e indígena em nosso país, que permanece ainda nas praças, logradouros e demais espaços públicos. Nesse sentido, o questionamento se formula na crítica de como as classes dominantes impõem suas ideologias e sua simbologia a partir de monumentos, estátuas e de outros ícones de pedra e cal. Portanto, os monumentos não são neutros, mas sim, fruto da intenção dos grupos detentores de poder de registrar na história os feitos que escolherem celebrar em sua memória (AVILA; DOMINGUEZ, 2022).

Segundo Silvio de Almeida (2019) o racismo institucional é fruto dos conflitos raciais que também fazem parte das instituições. Dessa forma, a desigualdade racial não é apenas uma característica da sociedade apenas por ações individuais de racistas, mas também por instituições que são hegemônicas por determinados grupos sociais que implementam nelas seus interesses. Quem detém poder econômico e político, quem está na direção ou nos cargos de poder institucionaliza seus interesses, impõe sua ideologia, seu padrão estético, sua cultura e constroem a longo prazo um horizonte civilizatório (ALMEIDA, 2019).

Já os autores Aldira G. Dominguez e Carlos F. D. Avila (2022) apresentam os monumentos como expressões materiais da classe dominante que imprimem as questões ideológicas, sociais, políticas e culturais. E avançam no sentido de que a instalação desses patrimônios culturais revelam relações de poder, hegemonia ideológica e desenvolvimento político social (AVILA; DOMINGUEZ, 2022), pois é preciso ter capital político para pressionar o Estado ou dirigir o próprio para erguer monumentos.

Em suma, o ato de colocar estátuas, bustos, entre outros, revela o poder de uma classe dominante que busca impor seus valores e seus ídolos para a posteridade. Os monumentos refletem acerca do período em que foram construídos e a intencionalidade de tal intento. Investigar a arte pública erguida no pretérito revela sobre qual era a concepção histórica da época. Esse questionamento acerca da construção aponta, como em determinados períodos do Estado brasileiro, a classe dominante concebia esses personagens históricos. Portanto, não se trata de um "revisionismo

histórico” em dois sentidos: a historiografia sobre o homenageado e sobre os que homenagearam.

Como exemplo, na Galeria de Racistas figuram diversos monumentos em celebração aos bandeirantes paulistas, desde Borba Gato (1649-1718), passando por Domingos Jorge Velho (1641-1705), chegando em Anhanguera (1672-1740), entre outros. Esses monumentos são, em sua maioria, da primeira metade do século XX, período em que a classe dominante paulista buscava construir uma identidade e representação dos bandeirantes como grandes heróis do estado e do Brasil (MORETTIN, 1998). Dessa maneira, essas estátuas refletem a busca pela construção de heróis, mesmo que na época já fossem vastamente conhecidos os crimes humanitários cometidos pelos expedicionários.

Em São Paulo, uma das estátuas o qual encontramos foi a do bandeirante Domingos Jorge Velho, líder da expedição que destruiu o Quilombo de Palmares (1620-1664). A cerca de Domingos Jorge não trouxemos à tona nenhum fato novo, os documentos que revelam sua participação não apenas no combate a quilombos, como proprietário de escravizados, são do século XVII. Contudo, o que foi produzido no início foi uma revisão histórica paulista para conceber o personagem como um símbolo do heroísmo paulista (MORETTIN, 1998).

O que revela também que a tal sociedade paulista ignorava os crimes da escravidão cometidos pelos bandeirantes, eram considerados um mal menor em comparação com seus grandes feitos da expansão territorial da América portuguesa. O processo histórico de construção de heróis e ícones não é apenas estabelecido a partir de um rigor científico ou historiográfico, mas sim, a partir dos valores e identidades compartilhadas pela sociedade à época. Ignorar atos de assassinatos e estupros compulsórios de mulheres indígenas não era um problema moral e político, pois partilhavam de uma concepção dos estratos sociais vitimados como despossuídos de direitos.

Nesse sentido, os patrimônios culturais construídos nesse período como em outros estavam dentro de um processo de construção de identidade política, racial e ideológica nacional. Uma das acusações recorrentes de grupos conservadores contra a remoção de estátuas é que tal ato é um revisionismo histórico. Como se o “revisionismo histórico” fosse um mal em si e não um método científico de refletir e repensar eventos históricos a partir de novas fontes históricas e à luz do tempo presente. Importantes

“revisionismos históricos” foram e são relevantes para historiografia brasileira, por exemplo, acerca da Ditadura Civil Militar (1964-1985)<sup>21</sup>.

O “revisionismo histórico” não é um problema, o que configura uma questão muito séria é o “negacionismo histórico”, compartilhado por parte dos críticos dos movimentos que reivindicam reparação histórica. O “negacionismo histórico” é negar, a partir de fontes, pesquisas e da produção da ciência História a relação intrínseca e ativa de determinadas figuras históricas em crimes contra a humanidade, como a escravidão. Grupos de extrema-direita, conservadores e supremacistas brancos têm atuado a partir do “negacionismo” travestido de científico para inviabilizar ações de reparação e políticas afirmativas.

## Conclusão

O cuidado em fazer a pesquisa não tem apenas uma busca pela objetividade científica, mas principalmente combater os argumentos críticos à remoção das estátuas. A Galeria de Racistas nos permite perceber que, como no caso do bandeirante Borba Gato, são recorrentes as argumentações na opinião pública e também por alguns jornalistas em defesa do personagem, a partir de argumentos de que não há provas, documentos e evidências de seu envolvimento com a escravidão. Portanto, de antemão, produzimos um sólido arcabouço teórico, a partir do exercício da historiografia para assentar os nossos argumentos. No site da Galeria, todos os personagens escravistas têm ao menos duas referências bibliográficas, que referendam a sua participação no sistema de trabalho compulsório.

Um caso exemplar da objetividade científica da Galeria de Racistas foi a figura de Pedro Álvares Cabral (1467-1520), concebido pelos movimentos indígenas e outros como responsável pelo início do genocídio dos povos originários. Ao pesquisarmos os documentos e a bibliografia do navegador lusitano, não encontramos evidência da sua participação direta na escravidão indígena ou africana. Portanto, ele não está incluído entre os escravistas, porém a continuidade da pesquisa pode alterar esse cenário, desde que encontremos documentação e bibliografia.

<sup>21</sup> No período após o fim da Ditadura Civil Militar (1964-1985), o primeiro conceito para designar esse período autoritário pelos historiadores foi o de Ditadura Militar. O termo apresentava apenas uma participação ativa dos militares, excluindo a agência e participação civil. Novos estudos históricos, ou seja, revisionismo histórico apontaram a densa participação dos civis desde o golpe até o período final. Dessa maneira, o conceito foi reelaborado tornando-se Ditadura Civil Militar, hoje vastamente compartilhado e aceito por grande parte da comunidade científica das Ciências Humanas.

O rigor científico dos pesquisadores envolvidos na Galeria tem um segundo propósito, que também é político. A Galeria de Racistas não foi concebida apenas como um site para denunciar esses monumentos que homenageiam pessoas envolvidas nos genocídios indígenas e negro. Mas para que esse instrumento não fique restrito à denúncia e possa de fato alterar o cenário de um Brasil permeado por estátuas de figuras históricas com mãos sujas de sangue. Nesse sentido, o rigor científico tem a ver com a nossa reivindicação para com o Estado brasileiro. A pauta política é a retirada dos monumentos e a substituição por novos em homenagem a negros, negras, indígenas e demais grupos sociais historicamente excluídos.

Ao reivindicar a substituição de monumentos em celebração a figuras escravistas por pessoas que lutaram contra a escravidão, estamos disputando a memória coletiva e a construção da história nacional. Uma das acusações dos conservadores é a de que a retirada das estátuas pode significar um apagamento da história, o que contribuiria para reduzir a produção de denúncias do genocídio indígena e africano para novas gerações. Nessa proposta conservadora, a ideia é manter os personagens para que através deles se possa criticar os seus atos pretéritos. Contudo, ao fazer isto, não se questiona a ocupação dos espaços públicos por brancos, portugueses e membros das classes dominantes. Como se ignora que esses espaços afirmam uma agência histórica dessas figuras, mesmo que a abordagem seja de forma acrítica. Ao invés de fazermos as críticas a partir da exibição e celebração dos monumentos dos algozes, nós podemos fazê-las a partir dos que foram vitimados ou dos que lutaram e resistiram. Assim, diversificando os personagens representados na arte pública hegemonicamente protagonizada pela raça e classe dos dominantes e elevando àqueles que sempre tiveram alijados desses espaços de representação e memória.

---

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Janadaíra, 2019.

ANDERSON, B. R. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

AVILA, C. F. D; DOMÍNGUEZ, A. G. D. Erguendo, removendo e ressignificando as estátuas: olhares desde a experiência brasileira. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1 -17, jan.-dez. 2022 | e- 40986.

Costa, S. da S. Pandemia e desemprego no Brasil. In: A resposta da administração pública brasileira aos desafios da pandemia. **Revista De Administração Pública**, v. 54 n. 4, 2020, pp 969-978.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; CORRÊA, Roberta de Mello; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues. Intolerância Religiosa: a construção de um problema público. **Revista Intolerância Religiosa**, v. 2 n. 1, p. 01-19, 2017.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião & Sociedade** [online]. 2012, v. 32, n. 1 [Acessado 28 Setembro 2022], pp. 167-183. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-85872012000100008>>. Epub 02 Ago 2012. ISSN 1984-0438. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872012000100008>.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Quadros em movimento: O uso das fontes iconográficas no filme Os Bandeirantes (1940), de Humberto Mauro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 105-131, 1998.